

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005305-11.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **GILBERTO APARECIDO RODRIGUES**  
 Requerido: **WILSON PEREIRA BRANDÃO JÚNIOR**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**GILBERTO APARECIDO RODRIGUES** ajuizou Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER DECORRENTE DA NÃO TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO C.C. DANOS MATERIAIS E MORAIS c.c. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **WILSON PEREIRA BRANDÃO JÚNIOR**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o Autor, em síntese que em 01/07/2005 vendeu ao requerido, através do estacionamento denominado "ELDER – EDINHO", e agora com a denominação "SHELLCAR", o veículo descrito a fls. 02, 1º parágrafo. Na sequência foi surpreendido com diversas cobranças em seu nome, vez que até a presente data o bem não foi transferido. Pretende o autor que o réu transfira o automóvel, e pague os débitos sobre ele incidentes.

A inicial veio devidamente instruída com os documentos de fls. 23/31.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação a fls. 46 e ss. Preliminarmente, denunciou a lide a empresa SHEL CAR (estacionamento que intermediou a venda). No mérito, alegou que nunca recebeu o recibo de transferência e que o bem foi repassado para um terceiro, de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

qualificação desconhecida (textual de fls. 47). Culminou por pedir o deferimento da denunciação a lide pleiteada e a improcedência do pleito.

Sobreveio réplica às fls. 57/60.

Tentada conciliação amigável entre as partes, a mesma resultou infrutífera. Na oportunidade, as partes solicitaram a suspensão do feito, tendo em vista um possível acordo futuro.

O autor a fls. 85/87 encartou relatórios atualizados das dívidas existentes do veículo objeto desta lide.

Pelo despacho de fls. 79 já foi consignado o indeferimento da denunciação à lide, uma vez que é impertinente.

A fls. 91/92 o autor pediu a expedição de ofícios aos órgãos de proteção ao crédito para a transferência das dívidas para o postulado, real responsável pelas mesmas.

**É o relatório.**

**DECIDO, no estado em que se estabilizou a controvérsia por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

O autor almeja que o réu regularize a situação do veículo IMP/FORD FIESTA – PLACAS CBP 7200 e o transfira para seu (dele réu) nome.

O inanimado encontra-se registrado em nome do autor (v. fls. 29).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Comparecendo ao sobredito processo o réu alegou que não está mais na posse do bem e que o recibo de transferência não lhe foi entregue.

De qualquer maneira, confessou a aquisição do veículo como exposto na inicial. .

E como adquirente, **tem obrigação** de efetuar a transferência do veículo para “seu nome” como pedido, ou ainda, regularizar a situação dominial do bem.

Ocorre que até o momento o aludido inanimado “circula” em nome do autor, situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ele claros inconvenientes.

A autorização de transferência foi preenchida e assinada pelo autor em julho de 2005, cabendo ressaltar que um mês antes o postulado já havia procurado o Banco Panamericano para “troca do financiado” (v. fls. 29).

Assim, só nos resta compelir o postulado a cumprir o disposto no parágrafo 1º do art. 123 da Lei 9.503/97 (CTB), *in verbis*: “no caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de 30 (trinta) dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas”.

E a clareza desse dispositivo dispensa maior esforço retórico.

O réu deve ainda ser responsabilizado pelos prejuízos trazidos ao autor, até que a situação seja regularizada (ou seja: pagar as multas e impostos vencidos após a transação).

Tendo ocorrido a tradição é do adquirente o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem, e ainda as multas por infração de trânsito praticadas na sequência da venda (que nos autos foram indicadas a fls. 85/87).

No mais, **em relação ao pleito de Dano Moral:**

O art. 123 do Código de Trânsito determina que para a obtenção de novo certificado de registro, o proprietário tem trinta dias para a adoção das providências necessárias; mas, ao vendedor, é imposta a responsabilidade de informar a alienação à autarquia, sob pena de ser responsabilizado solidariamente por futuras penalidades (art. 134 do mesmo estatuto).

Essa “responsabilidade” do vendedor e do comprador é solidária até a data da comunicação da transferência da propriedade ao órgão de trânsito, até porque, enquanto não receber tal comunicação, o órgão de trânsito ignora o ato.

Verifica-se, no caso em questão, que o autor não comunicou ao DETRAN a transferência do automóvel, como deveria, tampouco o real infrator das penalidades a ele lançadas, assumindo, desta forma, a responsabilidade pelos atos subsequentes. Portanto, não é possível atribuir à ré total responsabilidade.

Nesse sentido os seguintes arestos:

TJRJ-035793) APELAÇÃO.

DANO MORAL. RESPONSABILIDADE POR  
TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO JUNTO AO DETRAN. -  
(Apelação Cível nº 2005.001.02275, 2ª Câmara Cível do TJRJ,  
Rel. Des. Jesse Torres. j. 26.04.2005).

APELAÇÃO CÍVEL E

RECURSO ADESIVO - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C  
INDENIZAÇÃO - RITO SUMÁRIO - COMPRA E VENDA DE  
VEÍCULO - TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN NÃO  
REALIZADA - RESPONSABILIDADE DO APELANTE -



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

INFRAÇÕES DE TRÂNSITO POSTERIORES AO NEGÓCIO -  
MULTAS LAVRADAS EM NOME DO PROPRIETÁRIO  
ORIGINÁRIO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA -  
APELANTE QUE NÃO CONFIGURA SIMPLES  
INTERMEDIÁRIA - LEGITIMIDADE PASSIVA VERIFICADA -  
DANO MORAL - IMPOSSIBILIDADE - RECURSOS  
DESPROVIDOS.

Assim, como o autor teve participação nos incômodos já que não providenciou o bloqueio do bem, o pleito de dano moral deve ser afastado.

Aliás, o que se passou, na verdade, foi simples desacordo comercial, insuscetível de causar o menoscabo moral, conforme venho decidindo em casos análogos.

A respeito cf. STJ – 3ª T. REsp 50.999/SC.

No mesmo diapasão a seguinte ensinança:  
AgRg no Ag 865229/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, 4ª Turma, DJ 02/03/04 - STJ:

AGRAVO REGIMENTAL  
NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. NÃO  
CONFIGURAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO  
RECORRIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS.  
VEDAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. conquanto o dano moral dispense prova em concreto, competes ao julgador verificar, com base nos elementos de fato e prova dos autos, se o fato em apreço é apto, ou não, a causar o dano moral, distanciando-se do mero aborrecimento. De fato, na espécie, o Tribunal a quo não reconheceu o dever de indenizar, por entender ausente o abalo moral do agravante. Rever tal entendimento implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado nos termos do verbete nº 7 da Súmula do STJ.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

2. Agravo improvido.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexa causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Assim, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **DETERMINAR** que o requerido, **WILSON PEREIRA BRANDÃO JÚNIOR**, providencie a transferência do veículo IMP/FORD FIESTA – placas CBP 7200, para seu nome, em 15 dias, a contar da intimação que lhe será endereçada, após o trânsito desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 10.000,00.

O autor deverá buscar junto a Repartição de Trânsito, informes sobre a validade (ainda) do documento de fls. 31 para o fim proposto. Sendo ainda apto a entrega deve ser feita ao requerido em 15 dias.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Caso tenha caducado, outro deverá ser providenciado, em 30 dias.

Assim que o fizer, o autor preencherá, assinará, reconhecerá sua firma e entregará o documento ao postulado, a quem cabe, na sequência se dirigir ao departamento de trânsito e operar a transferência, no prazo já especificado.

Condeno, ainda, o requerido a pagar os valores constantes dos documentos de fls. 85/87, com correção a contar do ajuizamento e ainda com juros de mora à taxa legal a contar da citação. O valor será apurado na fase oportuna, por simples cálculo e executado nestes próprios autos.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00. No entanto, deverá ser observado o disposto no art. 12 da LAJ.

**P. R. I.**

São Carlos, 26 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**